

# Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

Aparecida Darc de Souza (Brasil)

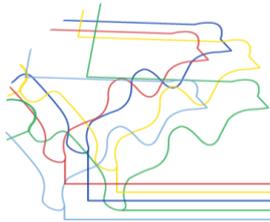
## Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre os aspectos históricos da organização e do desenvolvimento econômico da cidade de Foz do Iguaçu, cotejados com a experiência social dos trabalhadores. Em termos metodológicos, este estudo baseou-se no trabalho de diálogo crítico com a historiografia e a análise das memórias e experiências dos trabalhadores registradas diretamente em narrativas orais ou indiretamente, por meio de registros oficiais e relatos de memorialistas.

São três os momentos considerados determinantes da organização e do desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, os quais procuramos identificar e analisar. O primeiro é delineado pela dinâmica econômica da exploração extrativista e predatória da erva-mate e da madeira; o segundo momento, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; e o terceiro, pela consolidação da atividade turística como principal expoente da organização econômica do município. Assim, buscamos confrontar a lógica das atividades econômicas empreendidas no período com a experiência social e concreta dos trabalhadores, visando entender as possibilidades e os limites históricos existentes que inviabilizaram um desenvolvimento econômico de tipo sustentável para a região.

## Lentes teóricas

Na virada da década de 1980 para 1990, é possível perceber a ampliação de estudos urbanos cujo enfoque priorizou a experiência de viver na cidade como objeto de reflexão. A cidade passou a ser problematizada a partir do cotidiano de trabalhadores que nela viviam. Nesta direção, pode-se identificar estes estudos como prática interdisciplinar, expandindo e aprofundando o diálogo com a sociologia e a antropologia, bem como uma ampliação da documentação relativa à cidade. O fato é



que, no início dos anos 90, muitos pesquisadores que lidavam com as cidades tenderam a vê-las cada vez mais como espaço social em permanente formação e resultante de tensões e conflitos sociais. Conforme a arquiteta Raquel Rolnik sintetizou, em seminário interdisciplinar sobre cidade, realizado no ano de 1990, seria preciso atentarmos para as várias cidades dentro da cidade: “[...] a cidade legal e a cidade ilegal, a cidade normal e a subnormal, ou a cidade cidadã e a cidade clandestina” (ROLNIK, 1990, p. 228).

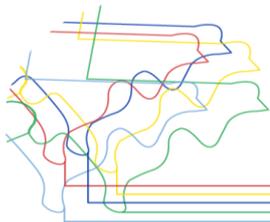
Nesse sentido, merece destaque teórico e metodológico a contribuição que Thompson (1979) desenvolveu contra a naturalização de dados e experiências históricas que tentam apagar a presença de sujeitos sociais que se opuseram a estas. Em síntese, as reflexões de Thompson têm ajudado a contrapor-se às interpretações apologéticas sobre a sociedade industrial que vê o progresso capitalista como inevitável e, ao mesmo tempo, recupera, para a centralidade da pesquisa histórica, os conflitos de classe encarnados em homens e mulheres.

Apoiados nesta perspectiva, buscamos apresentar neste texto uma leitura sobre a história do desenvolvimento econômico de Foz, tendo em conta as experiências vividas pelos trabalhadores na cidade.

## Aspectos metodológicos

A maneira de ver a cidade e os trabalhadores, que proponho nesta pesquisa, defronta-se, inicialmente, com o problema das fontes. Os trabalhadores não deixaram registros escritos de si mesmos (ou deixaram poucos). A massa documental escrita, guardadas e reconhecidas as divergências e, até mesmo, possíveis fissuras no interior das classes dominantes que a produziu, via de regra aponta o retrato de uma cidade “ordeira”, “pacífica”, onde tudo e todos “progridem”. Mas um documento vale não apenas pelo que ele se propõe a revelar, mas, também, pelo que oculta. Aqui, o silêncio pode ser um indício das contradições, dos conflitos que caracterizam o momento e a sociedade que o produziu.

A partir da noção de documento como testemunho, portanto, como produção humana (BLOCH, 2002), é possível buscar nos documentos oficiais não apenas a expressão das práticas de dominação e controle, mas, também, as evidências das práticas cotidianas da classe trabalhadora a qual esses instrumentos legais são dirigidos. Trata-se de contextualizar sua produção, relacioná-los ao ambiente econômico e social que os cerca. Trata-se de buscar o elemento dinâmico das



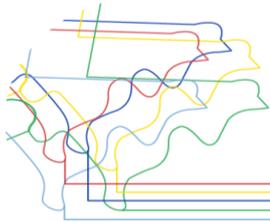
relações sociais, do conflito e da luta entre as classes. Neste sentido, documentos como relatórios do Ministério da Guerra, Relatos de viajantes e estatísticas oficiais são analisados de maneira a reconhecer os processos conflituosos que marcaram a história do desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

Ao lado destes documentos escritos, oficiais ou não, o trabalho de análise do processo de desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, apresentado neste texto, também considerou a memória que os trabalhadores elaboraram sobre suas próprias experiências de viver, morar e trabalhar no município<sup>1</sup>. As memórias presentes nessas falas problematizam, de algum modo, a cidade em seu plano histórico. Por vezes, contrapõem-se à versão oficial de que a cidade é a terra das águas e do turismo. Ainda, corrobora os marcos econômicos oficiais tais como a construção da Ponte da Amizade e de Itaipu. Entretanto, de um modo ou de outro, essas falas tomam a cidade para si e a mostram a partir de suas experiências, delineando temporalidades e referências.

Sobretudo, as falas expressam-se como um verdadeiro *ajuste* da experiência com seus valores morais. Não são um complemento às fontes escritas, tampouco provas sobre fatos genuínos e inquestionáveis. Conforme nos sugere Alistair Thompson, o “processo de recordar” apresenta-se como “uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser”. Encarado pelo historiador, o relato oral está sujeito a interpretações do próprio entrevistado, que elabora sua experiência passada a partir, principalmente, de coordenadas do presente. Isto não quer dizer que a característica subjetiva impregnada no relato oral retire sua credibilidade. Ao contrário, é preciso ter em mente que se o relato oral é uma construção a partir, principalmente, de coordenadas do presente do depoente, ele vale mais pela própria *leitura* feita sobre determinado fato ou evento do que pelo que possa esclarecer, confirmar ou desmentir sobre a história. Ou seja, penso que o relato oral deve ser encarado como ele é. Se o objetivo é recuperar a história daqueles que a fizeram, mas não a escreveram, devo dizer que nada é mais incoerente do que tentar depurá-la. Isto significaria, inclusive, torná-la estranha à experiência de quem lhe dá vida. Como diz Portelli (1995), o relato

---

<sup>1</sup> As entrevistas utilizadas neste estudo foram produzidas entre os anos de 2007 e 2008, no contexto de minha pesquisa de doutoramento. As entrevistas foram feitas com trabalhadores residentes na cidade desde a década de 1960, de diferentes ocupações e de diferentes bairros. É importante destacar que todos os nomes dos trabalhadores citados neste texto foram substituídos por homônimos com o objetivo de proteger suas identidades.



oral assemelha-se a uma obra de arte. Para ser entendida e interpretada, deve-se tomá-la no contexto de sua produção, pois é ela própria uma interpretação.

## Descrição, interpretação e análise

O texto que segue procura apresentar um conjunto de reflexões feitas a partir do diálogo com os estudos históricos produzidos sobre a cidade de Foz do Iguaçu. Cada um desses estudos apresenta, em perspectivas diferentes, aspectos da história econômica e social da cidade de Foz do Iguaçu. Neste sentido, apresentamos em cada seção, abaixo, uma problematização do processo de desenvolvimento social e econômico da cidade de Foz do Iguaçu, desde sua fundação até o presente momento, destacando três momentos chave: i) fase dominada pela indústria extrativista de exploração da erva-mate e da madeira; ii) fase dominada pelo processo de construção da usina hidrelétrica de Itaipu; iii) fase dominada pela atividade turística.

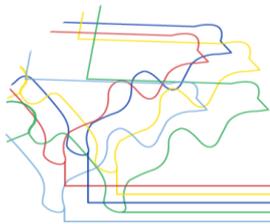
### Foz do Iguaçu e a indústria extrativista

De acordo com o relato do sargento José Maria de Brito (1977), no ano de 1889, uma expedição militar fundou a Colônia Militar da foz do Iguaçu<sup>2</sup>. Este sargento fez parte do destacamento que partira do Rio de Janeiro, em 1888, para Guarapuava e de lá seguira para o oeste do sertão paranaense. Sua descrição sobre os esforços envidados na fundação da colônia militar se confundia com a descrição da fundação da própria cidade de Foz do Iguaçu. Esta fusão entre a história da colônia e da cidade permeou toda a sua narrativa. Um exemplo deste amálgama pode ser percebido neste trecho extraído de sua obra:

Effetivamente a referida cidade não foi fundada no local determinado pelas mencionadas Instruções. Estas determinavam em um dos seus artigos, que devia ser traçada uma linha partindo do ângulo formado pelos dois grandes rios, para o centro e a 4 kilometros de distancia funda a Colônia, (era) este em que assentaria a futura cidade da Foz do Iguassú; no kilometro quatro (então) considerado o centro da povoação; ahi construído um edificio com 4 metros de altura e as faces voltadas para os 4 pontos cardeaes, com um mirante de modo a facilitar observações de grandes distâncias (BRITO, 1977, p. 69).

---

<sup>2</sup> Em 1888, no Rio de Janeiro, o Ministério dos Negócios da Guerra nomeou Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo chefe da comissão encarregada da fundação de uma colônia militar na foz do rio Iguaçu e da construção de estradas estratégicas na província do Paraná (ALMEIDA, 1889, p. 2).



Esta síntese entre a história da colônia militar e da cidade pode parecer, em um primeiro momento, apenas uma formulação elaborada pelos militares para destacar sua importância na formação urbana de Foz do Iguaçu e na ocupação do oeste paranaense. De fato, o relato escrito por José Maria de Brito trouxe o ponto de vista de um oficial do exército e, neste sentido, constitui uma versão da história da cidade. Brito esforçou-se, desde o início de seu relato, em prestar um status de importância nacional ao evento de fundação da colônia. Dizia ele que:

Desde o anno de 1880, ainda antes da morte do maior General brasileiro, o pacificador Duque de Caxias, entre os officiaes do Exercito mais approximados ao Ministério da Guerra, já era um dos assumptos mais discutidos a descoberta da Foz do Iguassú, principalmente por se um ponto estratégico, diziam alguns, bem como a fundação de uma Colonia Militar e a construção de um forte, com capacidade sufficiente para oppôr obstáculos á Nações estrangeiras que porventura tentassem invadir nosso território. Para completar este plano, cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Magestoso Paraná, afim de melhor fiscalisar os interesses brasileiros naquella região (BRITO, 1977, p. 51).

Tratava-se, neste sentido, de ocupar a fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Argentina. As análises feitas pelo General Meira Mattos informam que a Guerra contra o Paraguai, na perspectiva dos militares, foi a primeira grande ocasião em que o Brasil independente se deparou com a urgência de proteger suas fronteiras continentais. As grandes dificuldades enfrentadas no envio de tropas para deter os paraguaios no território do Mato Grosso provocaram, segundo o general Meira Mattos (1977, p. 108), um surto de publicações com planos para construção de vias de acesso à fronteira oeste. “[...] são desta época os planos dos engenheiros Eduardo José Morais (1869), Ramos da Costa (1874), Bicalho (1881), Rebouças (1882), Bulhões (1882) e Rodrigo Augusto da Silva (1886)”.

Em 1888, o Ministério da Guerra<sup>3</sup> nomeou uma Comissão Estratégica encarregada de fundar na foz do rio Iguaçu uma colônia militar e de construir uma

---

<sup>3</sup> “[...] procederá a comissão á exploração, a partir da cidade de Guarapuava, de uma estrada na direcção da provincia de Mato Grosso pelo valle do rio Piquiry, e á construção de outra pelo valle do iguassú com destino à foz, junto a qual, no logar mais conveniente, fundará a colônia. A seu cargo ficam também os trabalhos da referida estrada do porto União à villa de Palmas [...]. Depois que tiver iniciado os trabalhos de fundação da nova colônia, à ligará ao ponto terminal do traçado da estrada do Pequiry, procederá ao reconhecimento e exploração dos rios Ivinheima e Brilhante até onde se prestem à navegação por vapores de pequeno calado, fará exploração do mais curto vertedouro entre este ponto e aquelle em que comece a navegação desimpedida no Miranda, de modo a estabelecer uma via-mixta



rede de comunicação formada por estradas e caminhos fluviais dentro da província do Paraná.

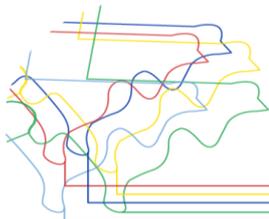
É possível considerar, também, que a fundação da colônia militar de Foz do Iguazu foi uma estratégia para ocupar a fronteira com a Argentina. É fato que, durante o império, os limites da fronteira entre Brasil e Argentina foram objeto de tensão de tal modo que, em 1889, os dois países assinaram um acordo para submeter o litígio fronteiriço à arbitragem do presidente dos Estados Unidos. Esta situação só se resolveu com o tratado de 7 de setembro de 1889. Por tudo isto, não é demais ressaltar que a fundação da colônia nas margens do rio Iguazu foi, também, um recurso importante na definição das linhas limítrofes entre Brasil e Argentina.

Entretanto, para alcançar estes objetivos, não bastava o esforço de explorar e abrir caminhos pelos sertões despovoados do interior da província. Tudo indica que o Exército tinha consciência de que a eficácia da colônia militar como posto avançado de defesa dependia, também, do povoamento do território da fronteira. Era preciso que na colônia houvesse mais que um posto de vigilância. Na colônia dever-se-ia desenvolver uma economia local capaz de abastecer as operações de guerra<sup>4</sup>. Isso só seria possível se a Colônia Militar atuasse como fator de estímulo da colonização da região de fronteira. Nesta direção, o Ministério da Guerra conferiu à Comissão Estratégica a autoridade de promover a demarcação e a distribuição de terras aos colonos interessados em matricular-se na colônia militar. Esta autorização foi claramente definida pelo ministro da guerra em junho de 1888, como pode ser observado neste trecho extraído do documento formado pelas instruções dirigidas à Comissão Estratégica:

---

de comunicações interiores e seguras com o distrito militar de Miranda e a capital da província de Mato Grosso, e finalmente ligará o porto União no Iguassú, a Guarapuava, aproveitando o para o systema de viação, o os trechos navegáveis do Iguassu e do Negro, seu confluente, e as estradas de D. Francisca em Santa Catharina, da Graciosa e a via férrea de Coritiba, na província do Paraná (ALMEIDA, 1889, p. 2).

<sup>4</sup> Além de estimular a colonização da colônia militar, a Comissão também devia estimular a fixação de colonos ao longo das estradas abertas. O exército precisava de apoio na conservação das estradas. As instruções feitas pelo Ministério autorizam o chefe da Comissão a oferecer, para aqueles localizados na orla destas estradas, o mesmo apoio financeiro dado aos colonos na colônia militar: “O chefe da comissão é também autorizado a localizar nacionaes e estrangeiros nas orlas das estradas; gozando dos mesmos favores concedidos aos colonos, com a obrigação de zelarem pela conservação dos trechos das mesma estradas proporcionaes aos recursos que dispuzerem, podendo ser-lhes arbitrada retribuição eqüitativa a juizo do mesmo chefe” (ALMEIDA, 1889, p. 2).



## Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

Aparecida Darc de Souza

Ministério dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro – 4 de junho de 1888.

Tendo sido Vm. nomeado chefe da comissão encarregada na fundação de uma colônia militar na foz do rio Iguassu e da construção das estradas estratégicas do Paraná, remeto a Vm. as inclusas instruções pelas quaes se deverá reger a mesma comissão.

Deus guarde Vm. – Thomaz José Coelho de Almeida. – Sr. Capitão Bellarmino Augusto Mendonça Lobo.

VI

A comissão fica autorizada a proceder a demarcação de lotes de terras e construção de pequenas casas de madeira para localização de imigrantes, assim como a discriminação entre terras públicas e particulares e as legitimações de posse ao longo das estradas que vai construir em suas immediações [...]

VII

Os trabalhos de fundação da colônia serão precedidos de exploração e reconhecimentos convenientes para determinar a escolha do local mais apropriado, e de levantamento dos cursos d'agua que basham a respectiva área, serão seguidos de perto pela demarcação de lotes urbanos e rústicos ou ruraes.

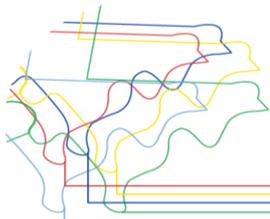
IX

Os imigrantes nacionaes e estrangeiros que se alistarem na qualidade de colonos serão alimentados à custa do Estado, bem como as pessoas de suas famílias pelo espaço de um anno [...]. Tanto os colonos como todas outras pessoas que na colônia fixarem residência terão direito a um lote agrícola ou rural e outro urbano. (ALMEIDA, 1889, s/p).

Este papel impulsionador do povoamento e da fixação de colonos na região, a partir do desenvolvimento de uma economia local, contribuiu para uma compreensão maior sobre a relação entre a fundação da cidade e a fundação da colônia militar. A formação da cidade constituiria, deste ponto de vista, no objetivo final da Comissão Estratégica. Porém, ocorre que a colônia não foi criada em um vazio demográfico. Ao contrário, além dos Guaranis, os relatos de José M. de Brito deram conta que: “Por ocasião da descoberta da Foz do Iguassú o território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descriptas: brasileiros, 9; francezes, 5; hespanhoes,2; argentinos, 95; paraguayos, 212; inglez, 1” (BRITO, 1938, p. 60).

Os relatos de viajantes sobre a fundação da colônia também deram conta que os militares se depararam com uma população, em sua maioria, formada basicamente por estrangeiros ligados à exploração de erva-mate e de madeira, segundo um sistema conhecido como *Obrages*.

A chamada obrages foi uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. O



## Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

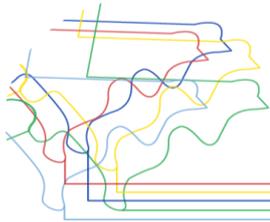
Aparecida Darc de Souza

interesse fundamental de um obragero não era a colonização em regime de pequena e média propriedade, nem povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração de erva-mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. [...] Como o controle geo-econômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense (WACHOWICZ, 1982, p. 44).

Além disso, cumpre destacar a presença de capital inglês associado ao capital argentino. Por tudo isto, é possível inferir que a criação da colônia militar respondia a um esforço de tomada de controle da própria dinâmica econômica e social da região da foz do Rio Iguaçu. A iniciativa da criação da colônia militar não era apenas um esforço de criação de um posto avançado na fronteira nem apenas um projeto de povoamento, era, também, expressão de uma estratégia de controle sobre as práticas econômicas aqui instaladas no final do século XIX.

As memórias produzidas pelos militares e viajantes sobre este período indicam que a criação da colônia não tinha, de fato, o objetivo de alterar a dinâmica econômica ali existente. A fundação da colônia militar de Foz do Iguaçu não implicou na proibição da exploração das matas, como sugeriram os relatos dos viajantes. À direção da colônia coube fundamentalmente a função de instaurar a norma. Em grande medida, a ação dos militares em Foz do Iguaçu serviu para enquadrar, nos termos da lei, a vida daqueles que viviam e circulavam livremente por ela sem prestar contas ao Estado brasileiro. Nestes termos, às grandes empresas estrangeiras bastava conseguir uma autorização do governo e podia seguir com suas atividades de exploração da erva-mate e da madeira. A narrativa feita pelo tenente José Maria de Brito, sobre a relação entre a direção da colônia militar e as empresas estrangeiras que exploravam as matas da região, explicitou bem os limites da autoridade militar na fronteira:

Em trez mezes apenas de realisada a descoberta da foz do Iguassú, já o estrangeiro aventureiro pretendia estender suas garras no território da pátria querida! Eram uzeiros e vezeiros em invadirem a casa alheia e d'ahi sacarem grandes vantagens que não encontram na sua! Excusado é diser que o tenente encarregado da fundação da Colônia, vedou-lhe a marcha para frente, explicando que d'aquella data por diante não seria permitido explorações nas mattas brasileiras *sem prévia autorisação do Governo* (BRITO, 1977, p. 66, grifo meu).



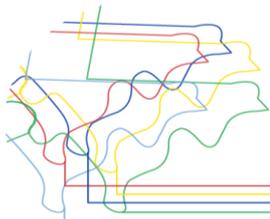
Tudo indica que essas empresas estrangeiras não tiveram grandes dificuldades em obter tais autorizações. Com a Proclamação da República, as chamadas terras devolutas passaram ao domínio dos Estados os quais tais empresas se localizavam. Deste modo, o Estado do Paraná, a partir da Lei de Terras nº 98/92, realizou inúmeras concessões de terras a estas empresas que se ocupavam de explorar a madeira e a erva-mate daquela região (WESTPHALEN, 1987).

Esta articulação, entre os interesses do poder público e das empresas estrangeiras, não fazia parte de uma estratégia nacional de povoamento, mas de uma preocupação em obter rendas da exportação da erva-mate e da madeira. Entre 1850 e 1930, o mate foi o principal produto de exportação do Paraná e, por isso, era a principal fonte de receita pública (PADIS, 2006, p. 93). A exploração das empresas argentinas em terras paranaenses contribuía para ampliar as exportações e, com isso, ampliava-se a receita do Estado. A grande distância e a falta de vias de comunicação que separavam o oeste paranaense das áreas mais populosas não era um problema, já que era possível escoar a produção a partir de Foz do Iguaçu, pelo rio Paraná, em direção à Argentina.

Mas se a instalação da colônia não produziu alteração na dinâmica da exploração das reservas naturais de erva-mate e, secundariamente, da madeira, o que se pode dizer da vida dos trabalhadores que viviam nesta região?

De acordo com os estudos feitos por Wachowski (1982), não houve alteração no sistema de exploração do trabalho na região pelo menos até a década de 1930. Dentro do Sistema de Obrages prevalecia uma forma de exploração do trabalho das populações nativas da região da tríplice fronteira que muito se assemelhava com a escravidão. Conhecidos como *mensus*, estes trabalhadores, em sua maioria, eram de origem indígena, sobreviventes dos aldeamentos e apresamentos dos paulistas durante o período colonial. Esta população foi atraída pela obrage que, durante décadas, explorou seu trabalho e conhecimento da mata nativa por meio de um sistema de endividamento que dificultava sobremaneira a livre circulação da força de trabalho. Segundo Wachowski (1982):

Cada menu ao chegar numa obrage tinha aberta uma conta corrente [...] Ele era obrigado a suprir-se de gêneros alimentícios, roupas e tudo mais no armazém ou no barracón da obrage. Desta forma o patrão ganhava duplamente: pagando salário ínfimo e obrigando o mensu a abastecer-se no armazém da empresa. O mensu, dificilmente conseguia pagar [...] e se não tentasse fugir, provavelmente morreria devendo (WACHOWISKI, 1982, p. 48-49).

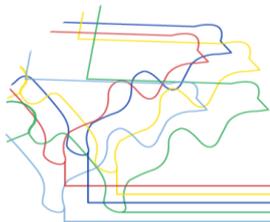


Ao mesmo tempo, este sistema de *obrages* também comprometia as iniciativas de produção agrícola ou pecuária. De um lado, aos *mensus* era vedado o direito de plantar ou mesmo ter criações. Tal proibição era necessária para manter o maior nível de dependência daqueles trabalhadores aos donos das *obrages*. De outro lado, mesmo entre aqueles grupos a quem foram concedidos lotes de terras pela direção da Colônia Militar, as produções agrícola e pecuária não prosperavam. A distribuição de lotes estava condicionada ao desenvolvimento da atividade agrícola, mas era a atividade extrativista que oferecia, de fato, horizontes de comercialização. Os relatórios feitos pelo exército informaram que a exploração da erva-mate e da madeira era realizada na maioria dos lotes coloniais.

Os relatos de viajantes que visitaram Foz do Iguaçu, entre os anos finais do século XIX, quando ainda era apenas uma colônia militar, até os anos de 1930, não deixaram de notar o predomínio da atividade extrativista naquela localidade. Para alguns, isto se devia às concessões de terras feitas pelo governo do Estado às grandes empresas de extração de mate. Estas concessões não respeitavam os lotes dos colonos, impedindo-os de praticar a agricultura e obrigando-os a migrar se não quisessem sucumbir à exploração destas grandes empresas. Por outro lado, Jaime Ballão (1921) avaliou que os colonos consideravam a atividade extrativista mais *fácil e lucrativa* e, por isso, abandonavam a agricultura em favor da colheita de erva-mate e da madeira.

Portanto, é importante sublinhar que, apesar das divergências na explicação dos fatos, os testemunhos dos viajantes foram unânimes em afirmar que a exploração de erva-mate e de madeira era a atividade econômica predominante em Foz do Iguaçu, envolvendo direta ou indiretamente todos que viviam na região. A influência deste setor atravessava a sociedade local, envolvendo comerciantes, trabalhadores braçais, funcionários e autoridades públicas. Enquanto existiu, a colônia militar, embora tivesse uma dotação orçamentária oriunda do governo federal, dependia inteiramente das rendas provenientes do arrendamento dos ervais e das concessões para o corte da madeira.

Os militares também participavam da venda de mate e de madeira. Era por meio da venda de produtos que interessavam ao comércio argentino e paraguaio, ou seja, erva-mate e madeira, que muitos militares complementavam seu parco soldo e a própria diretoria da colônia militar obtinha os recursos financeiros necessários para promover os melhoramentos na colônia. Esta dependência financeira da



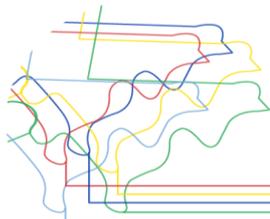
administração da colônia militar da foz do rio Iguaçu, em relação à exploração da erva-mate e da madeira, estava explicitada nos próprios relatórios do Ministério da Guerra (BRASIL, 1889; BRASIL, 1903).

Apesar de ter sido criada com o propósito de construir, naquela região, vias de comunicações estratégicas, a colônia não conseguiu romper com o isolamento da foz do rio Iguaçu do restante do Estado do Paraná. Deste modo, assim como a população local, a direção da colônia também dependia do abastecimento de produtos manufaturados vindos da Argentina e do Paraguai:

Todos os gêneros de primeira necessidade são importados da cidade de Posadas, na Argentina, e da Villa Encarnacion, na República do Paraguay, não fazendo tal importação do centro por falta de uma estrada que facilite as comunicações (BRASIL, 1902, p. 51).

Neste quadro econômico, as regras impostas a partir da instalação da colônia militar criaram um impasse para a população local e para a própria administração da colônia. A imposição de taxas de importação e exportação provocou o aumento do custo de vida da população local que dependia da importação de produtos de primeira necessidade vindos da Argentina. A direção da colônia tentou resolver esta situação pedindo isenção fiscal ao governo federal: “Diz o diretor que torna-se necessário habilitar o porto da colonia, isentado-a de direitos por espaço de 10 annos, porque só assim poderão os gêneros de primeira necessidade ser directamente recebidos de Montividéo e por um preço muito baixo” (BRASIL, 1895, p. 51). Arthur Franco, em sua passagem por Foz do Iguaçu, em 1913, considerava que os impostos de importação tornavam a vida da população local *caríssima*, obrigando-a a apelar para o contrabando para garantir sua sobrevivência local:

A nossa palestra com o sr. Bonjean versou também sobre os impostos de importação cobrados pelo fisco federal naquela zona fronteiriça, então sem comunicação com o interior, de modo a ser obrigada a receber tudo do estrangeiro, mesmo os gêneros alimentícios de primeira necessidade, como carne verde, roupas, e toda a sorte de gêneros alimentícios, o que tornava a vida ali *caríssima* e ‘quase obrigatório’ o contrabando para a população daquela zona poder sobreviver (FRANCO, 1973, p. 74).



Mesmo depois da emancipação da colônia militar e da elevação de Foz do Iguaçu<sup>5</sup> à vila e, posteriormente, à cidade, tal contradição permaneceu como traço característico de sua vida econômica e social. Nos relatos de viajantes que conheceram Foz do Iguaçu, Arthur Franco, em 1913, Jaime Ballão, em 1920, e Lima Figueiredo, em 1937, permaneceram as observações sobre o predomínio da exploração extrativista em detrimento da agricultura, a dependência local dos produtos importados da Argentina e a prática recorrente do contrabando pela população local. As empresas estrangeiras exerceram o domínio econômico de Foz do Iguaçu e toda a região do oeste paranaense até a década de 1940, com a exportação legal ou ilegal de erva-mate e de madeira para o mercado argentino. Este predomínio formou um ciclo vicioso de dependência, exploração e criminalização das práticas de sobrevivência da população local.

As duas décadas que se seguiram foram marcadas pela decadência deste sistema sem, contudo, alterar efetivamente a realidade social e econômica dos trabalhadores locais. Somente na década de 1970, com a construção da usina de Itaipu, nota-se uma mudança drástica da realidade econômica e social de Foz do Iguaçu.

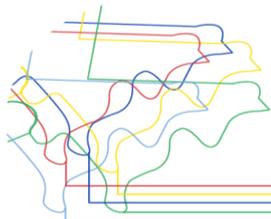
### **Itaipu e o acelerado processo de urbanização**

A partir de 1975, a dinâmica econômica e social de Foz do Iguaçu sofreu uma abrupta transformação. Iniciava, naquele ano, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Até o início da construção da usina, os trabalhadores conjugavam a atividade agrícola de subsistência como o trabalho assalariado em olarias, madeireiras, serrarias e alguns poucos hotéis. Esse modo de viver foi drasticamente modificado, a partir de 1974, quando teve início a construção da barragem.

A construção da usina hidrelétrica produziu impactos negativos na vida de muitos trabalhadores no campo e na cidade. Com o avanço das obras da construção da Usina, os colonos que viviam na região foram desapropriados de suas terras (SCHMITT, 2008). Objetivamente, Itaipu provocou o alagamento de uma região que

---

<sup>5</sup> Formação Administrativa da cidade de Foz do Iguaçu: “Distrito criado com a denominação de Iguassu, pela lei estadual lei estadual nº 971, de 09-04-1910, subordinado ao município de Guarapuava. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Iguassu figura nomunicípio de Guarapuava. Elevado à categoria de vila com a denominação de Iguassu, pela lei estadual nº 1383, de 14-03-1914, desmembrado de Guarapuava. Sede da antiga colônia de foz de Iguassu. Constituído do distrito sede. Instalado em 10-06-1914. Elevado à condição de cidade, com a denominação de Foz do Iguaçu, pela lei estadual nº 1658, de 03-03-1917”. Cf. IBGE. Cidades @. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.



afetou muitas cidades do Oeste do Paraná. A água cobriu aproximadamente 111 mil hectares de terra. Este processo impactou sobremaneira na atividade agrícola do município, não só porque reduziu as terras agricultáveis, mas, também, porque reduziu a população rural. Entre o início e o fim do período de construção da Itaipu, a população rural diminuiu de 13.020, no ano de 1970, para 3.629, em 1991.

Ao mesmo tempo, a cidade de Foz do Iguaçu viveu um acelerado processo de urbanização. A construção da hidrelétrica implicou, segundo os apontamentos feitos por Souza (1998), na atração de correntes migratórias que proporcionaram um crescimento demográfico significativo da população urbana da cidade, que cresceu de 20.147 habitantes, na década de 1970, para 101.330 habitantes, na década de 1980, chegando a 186.486 habitantes, no início dos anos de 1990.

Muitos entre estes imigrantes chegavam em Foz sem dinheiro e sem trabalho. Viviam nas filas de contratação da construção da hidrelétrica e faziam crescer, ainda mais, a população pobre excedente na cidade. De outro lado, à medida que avançavam a construção e os processos de desapropriação para a formação do lago da usina, paulatinamente, muitos antigos pequenos proprietários rurais migraram para as áreas urbanas, sem possibilidade de continuar sua vida no campo. Ao longo do processo de construção da usina, essa população excedente se ampliou e sua composição foi se tornando cada vez mais complexa devido ao êxodo rural e às demissões periódicas da construção da usina. A cada etapa vencida na construção da usina, grandes levas de trabalhadores eram demitidas, gerando um impacto social e econômico muito grande na cidade.

Para acomodar a crescente população atraída pela obra ou expulsa pela formação do lago, antigas áreas rurais foram transformadas em novos bairros. O primeiro impacto foi sentido a partir da construção das três vilas destinadas a abrigar operários, técnicos e engenheiros da obra. A Itaipu desapropriou diversas pequenas propriedades para edificar as vilas. Produziu-se, a partir deste contexto, um movimento de urbanização que transformou chácaras e pequenas propriedades, que abrigavam trabalhadores rurais e meeiros, em novos loteamentos urbanos.

Segundo levantamento feito pelo IPARDES (1984a), entre os anos de 1974 e 1982, o poder público municipal de Foz do Iguaçu aprovou a abertura de, aproximadamente, 79 loteamentos urbanos. Antigas áreas rurais, como Rincão São Francisco, Jardim São Paulo, Porto Meira e Três Lagoas, foram, rapidamente, ocupadas por habitações populares. Concomitantemente, cresceram o número de áreas ocupadas por



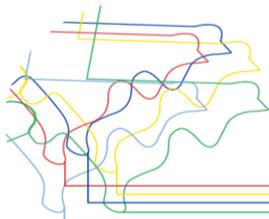
habitações precárias, fenômeno resultante, em grande medida, do acelerado crescimento demográfico, do aumento do custo de vida e da especulação imobiliária. No ano de início da construção, 1974, o valor do aluguel na cidade de Foz do Iguaçu era duas vezes maior que o valor do aluguel em Curitiba (IPARDES, 1977, p. 231).

Em 1977, três anos após o início da construção da usina, o governo municipal de Foz do Iguaçu já implementava projetos de desfavelamento na cidade (FOZ DO IGUAÇU, 1980, p. 38). Tal iniciativa denuncia a lógica especulativa e criminalizadora da expansão urbana vivida por Foz do Iguaçu, pois as favelas resultam, em grande medida, do esforço da população empobrecida de forjar sua moradia, ainda que em condições precárias, em uma cidade que precisa da força de trabalho, mas não está preparada para abrigá-la. Ao mesmo tempo, as favelas crescem por conta da especulação imobiliária que, por meio dos altos valores dos aluguéis, expulsam esta população pobre para áreas deficientes de aparelhos urbanos. Porém, uma vez instalados nestas favelas, parte desta população passa a ser alvo, novamente, da especulação imobiliária e dos planos de higienização urbana que querem tornar os espaços das favelas áreas urbanas lucrativas.

De acordo com Souza (1998, p. 90), “[...] foi a partir dos anos 70 que começou a formação de favelas em Foz do Iguaçu”, pois, entre 1970 e 1980, houve um acréscimo de 102 mil habitantes na cidade que, no mesmo período, construiu apenas 1300 moradias populares. No ano de 1990, já havia na cidade cerca de 23 favelas que abrigavam 13 mil pessoas. De maneira geral, os estudos sobre esse processo de mudança na malha urbana sugerem que essas favelas eram formadas pela população excedente que não foi absorvida pela construção da usina.

É certo, também, que para muitos agregados e meeiros que trabalhavam na zona rural, as favelas podem ter sido a única alternativa de moradia diante da especulação imobiliária que assolava a cidade. Essa situação foi vivida por dona Maria, 62 anos, e outras 10 famílias que trabalhavam no cultivo de hortelã e de soja, no Rincão São Francisco, quando este ainda fazia parte da área rural do município. Eles produziam e pagavam 10% ao dono da terra. Mas, a partir de 1976, foram expulsos da terra e, sem alternativas, se separaram e foram morar nas favelas da cidade. Entre 1976 e 1979, a família de dona Maria foi morar na favela Monsenhor Guilherme, às margens do rio Paraná.

Durante 24 anos, Maria trabalhou derrubando matas e plantando. Em nenhum momento de sua entrevista ela mostrou qualquer ressentimento em relação à vida



dura que, certamente, enfrentou ao longo de toda a sua trajetória. De algum modo, a rudeza do trabalho e da vida no campo era tolerável para ela:

Nosso trabalho, aqui, foi muito bom; durante nós morou no sítio, a gente plantava, colhia, todo mundo tinha vida digna; muito bom, maravilha, porque nós vivia aqui, era 10 famílias [...] nós tivemos nossos filhos, criamos, educamos; todo mundo rezava junto, caminhava junto.

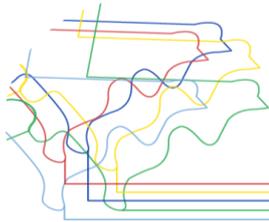
Esse mesmo sentimento não corresponde à sua narrativa sobre a vida na cidade. Seu relato sobre o período em que viveu na favela revela como essa experiência foi uma violência contra seus padrões de dignidade:

Deus o livre! Foi difícil, muito difícil, porque você imagina aquela pessoa que nunca morou na cidade, e ir pra cidade... que era os ranchinho, não tinha água, que na favela Monsenhor Guilherme e do cemitério, aqui de Foz, só tinha uma torneira de água; todo mundo buscava água pra beber e ainda lavar roupa e fazer tudo. Era tudo muito difícil! E aonde nós morava, tinha um poço; também tinha um poço e, nesse poço, onde as crianças pegava a água, uma água salgada, sem tratamento, sem nada... e a gente vivia ali. Foi difícil, Deus o livre!

Nos bairros periféricos, também viviam muitos trabalhadores da própria Itaipu e muitos outros atraídos pela grande campanha de recrutamento de força de trabalho para trabalhar na hidrelétrica. Para estes, não era possível morar nos bairros estruturados devido à especulação imobiliária que tomou conta da cidade. A saída era morar em bairros sem infraestrutura, sem saneamento, distantes dos serviços públicos fundamentais, como escolas e hospitais, conforme descrito no relato feito por Altair enquanto explicava como o bairro Morumbi surgiu:

Porque, aqui, na realidade, quando começou esse bairro, o povo entrou de baixo de lona tudo. Esse bairro foi um bairro colonizado por... um bairro popular mesmo, como diz a história, que você anotou aí: é um bairro popular mesmo. Foi, foi habitado por pessoas humildes, pessoas simples, que veio em busca de trabalho, pessoas que vem pra aventurar mesmo, pro tudo ou nada. Então, foi bastante difícil no começo...

O surgimento de grandes loteamentos para abrigar a nova população contribuiu, também, para demarcar os espaços da cidade ocupados pela população que para esta



migrara em função da construção da hidrelétrica. Altair relata que, no Morumbi, a vida da população do bairro era bastante isolada do restante da cidade:

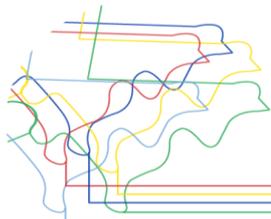
Não tinha muito contato, pelo, pelo fato de que a gente chegou, já foi fichando na barragem. Então, o que acontece? Saía de casa cedinho, com escuro, e voltava à noite. Contato maior era aos domingos, aos fins de semana, quando tinha uma folga. Mas era com as pessoas as vezes vinda de fora também, porque, praticamente, nos bairros, tinha muito pouco gente daqui mesmo. Porque foi colonizado, assim, de repente; esse bairro inchou de uma tal maneira, que o povo era tudo vindo de fora, na época que chegou aqui. Então, não tinha contato, contato político, que nem como a gente tem hoje, conhece todo mundo, o prefeito conhece a gente, os secretários, os deputados, tudo. Aquele tempo, isso aí não existia. A gente era um pouco isolado, nessa parte.

Outro aspecto que precisa ser observado entre os efeitos produzidos pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu foi a constituição de um mercado de trabalho muito competitivo, instável e precário. Contraditoriamente, a construção da usina que gerou tantos empregos acabou também por produzir desemprego e deterioração da qualidade e do valor dos salários dos trabalhadores.

Desse modo, há recordações sobre esse tempo que interpretam o período da construção de Itaipu como prejudicial ao mundo dos trabalhadores. De maneira geral, essas leituras apresentam argumentos que relativizam a positividade dos “novos” empregos, indicando que, naquela época, Foz foi “inundada”, também, por “novos” trabalhadores.

“A influência de Itaipu arruinou o trabalho na cidade”. Esta é a memória do senhor Casimiro sobre a construção da usina, pois a obra provocou um aumento muito grande na oferta de mão de obra, dificultando as chances de emprego para todos, não só para aqueles que vinham de fora, mas, também, – e principalmente –, para os próprios trabalhadores que viviam na cidade.

[...] trabalhei em várias construtoras, na cidade. Aí, com o começo da Itaipu, a influência da Itaipu arruinou muito o serviço, na cidade, porque tinha muitas pessoas que vinha e não conseguia fichar e trabalhava a qualquer preço. Tinha muita gente. [...] É que a gente já estava acostumado a ganhar um preço x e, no caso, tinha que baixar o preço do serviço pra poder competir, porque as pessoas que vinham pra Foz e não conseguiam fichar, eles tinham que voltar pra cidade de origem. Então, eles trabalhavam a qualquer preço, pra poder não voltar. Esse foi o problema que surgiu.

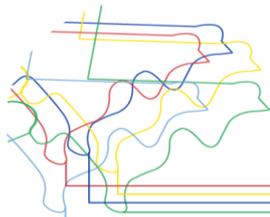


A presença de grandes consórcios do ramo da construção civil, especializados na edificação de barragens e de usinas, acostumados a lidar com uma força de trabalho bastante rotinizada, frustrou as expectativas de muitos profissionais de Foz do Iguaçu, a exemplo de Casimiro. Sua trajetória profissional fora marcada por um tipo de formação artesanal, herdada do pai e do tio, que havia sido um reconhecido mestre de obras na cidade. O perfil dos trabalhadores atraídos pelos grandes consórcios era de outro tipo. Não necessitavam grandes e profundos conhecimentos sobre construção, mas cumpriam tarefas já previamente planejadas e fiscalizadas por outros exércitos de engenheiros (MANARIN, 2008).

Essas expectativas, provavelmente, conflitaram, desde o início, já que o pagamento pelo trabalho era menor do que o preço costumeiro praticado na cidade antes da chegada dos consórcios. À medida que a obra avança e etapas eram concluídas, a cidade tinha que lidar com um significativo contingente de trabalhadores dispensados pela empresa. O final da obra trouxe o desemprego e o caos social para a cidade, na avaliação do senhor Altair: “[...] quando acabou a obra, foi um Deus nos acuda. Então, Itaipu deixou essa sequela, em Foz do Iguaçu; infelizmente, deixou”.

Segundo Catta (1994), a cidade foi, progressivamente, adquirindo uma nova feição, na qual predominava a pobreza, traduzida pelo crescimento da população desempregada e do trabalho informal. No período final da construção de Itaipu, Foz do Iguaçu havia se transformado em um grande mercado de trabalho informal, uma vez que, das 62.184 pessoas em idade economicamente ativa, apenas 29.963 eram oficialmente reconhecidas como população economicamente ativa. O restante, quando não amargava o desemprego absoluto, vivia em ocupações temporárias. Nesse contexto é que os sentimentos de muitos trabalhadores, em relação à construção da Itaipu, mostraram-se controvertidos.

Não há dúvidas sobre o papel da construção da usina no desenvolvimento da cidade. Todavia, seus custos humanos, sociais e ambientais precisam ser colocados na balança quando, na atualidade, busca-se construir caminhos e soluções para o desenvolvimento regional. A experiência de construção da usina é reveladora de um modelo de desenvolvimento que promove o progresso econômico e tecnológico apoiado na superexploração da força de trabalho, na constituição de um grande contingente ocioso de força de trabalho, como elemento de pressão sobre os valores, das condições de realização do trabalho e incentivador de um processo de



urbanização pautado pela especulação imobiliária, pela destruição de modos de viver e trabalhar das populações do campo.

### O turismo na perspectiva dos trabalhadores

Na década de 1980, quando as obras da usina de Itaipu reduziam sua intensidade, observa-se na cidade de Foz do Iguaçu um esforço para a promoção do turismo como motor econômico do município. O frenesi causado pela construção da hidrelétrica cedia espaço para a formação de uma nova dinâmica econômica cujo crescimento podia ser verificado pelo aumento dos pedidos de alvarás de abertura de hotéis e agências de turismo.

Tabela 1. Meios de Hospedagem: aberturas de alvará (1959 – 2005)

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
1959	1	1969	2	1979	9	1989	25	1999	4
1960	0	1970	1	1980	5	1990	17	2000	4
1961	0	1971	1	1981	6	1991	24	2001	13
1962	1	1972	1	1982	4	1992	23	2002	3
1963	0	1973	1	1983	3	1993	21	2003	5
1964	0	1974	0	1984	7	1994	29	2004	5
1965	0	1975	1	1985	7	1995	28	2005	4
1966	0	1976	1	1986	23	1996	12	-	-
1967	1	1977	1	1987	17	1997	18	-	-
1968	0	1978	2	1988	26	1998	11	-	-
1959-1968		1969-1978		1979-1988		1989-1998		1999-2005	
TOTAL	3	TOTAL	11	TOTAL	107	TOTAL	208	TOTAL	38

Tabela organizada pela autora.

Fonte: Foz do Iguaçu (Prefeitura Municipal de). Secretaria Municipal de Turismo. 2006, p. 235.

Tabela 2. Agências de turismo: aberturas de alvará (1967-2005) (continua)

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
-	-	1969	0	1979	2	1989	47	1999	9
-	-	1970	0	1980	0	1990	77	2000	13
-	-	1971	1	1981	3	1991	37	2001	15
-	-	1972	1	1982	1	1992	23	2002	9

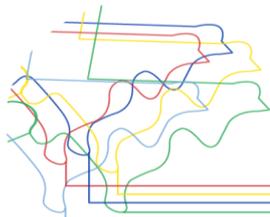


Tabela 2. Agências de turismo: aberturas de alvará (1967-2005) (conclusão)

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
-	-	1973	0	1983	0	1993	24	2003	7
-	-	1974	0	1984	6	1994	26	2004	18
-	-	1975	4	1985	5	1995	33	2005	11
-	-	1976	0	1986	7	1996	25	-	-
1967	1	1977	2	1987	25	1997	13	-	-
1968	1	1978	0	1988	25	1998	8	-	-
1967-1968		1969-1978		1979-1988		1989-1998		1999-2005	
TOTAL	2	TOTAL	08	TOTAL	74	TOTAL	313	TOTAL	82

Tabela organizada pela autora.

Fonte: Foz do Iguaçu (Prefeitura Municipal de). Secretaria Municipal de Turismo. 2006, p. 234.

Entre 1959-1968, foram liberados três alvarás. Este número evoluiu para 11, no período de 1969-1978. Portanto, houve um crescimento de 267%. No período seguinte, 1979-1989, a taxa de crescimento foi de 873% e o número de liberações de alvarás subiu de 11 para 107. Esse percentual de crescimento do setor de hotelaria, vivido na década de 1980, foi significativamente maior, tanto em relação à série anterior quanto à série posterior. Nos dez anos seguintes (1989-1998), a taxa de crescimento dos alvarás declinou para 94%. Somando as liberações de alvarás dos períodos 1969-1978, 1979-1988, 1989-1990 aos 18 hotéis existentes, em 1968, constatou-se, mais uma vez, a importância da década de 1980 para o desenvolvimento da economia turística no município, pois, nela, foi registrado o maior crescimento real de meios de hospedagem.

Além dos meios de hospedagem, o significativo crescimento dos alvarás de abertura de agências de turismo em Foz do Iguaçu pode ser considerado, ainda, um indicador do crescimento dos empreendimentos turísticos na cidade, durante a década de 1980. Partindo dos números apresentados pela SMTU (Tabela 2), observou-se, entre os anos de 1979 e 1988, um aumento de 825% dos alvarás de abertura de agências de turismo em relação ao período de 1969-1978. Em termos reais, as oito agências existentes, no ano de 1968, duplicaram ao final de 1978 e cresceram cerca de 400% ao longo da década de 1980, quando já somavam 90 agências no total.



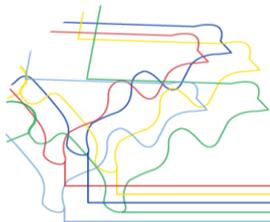
Este crescimento das Atividades Características do Turismo<sup>6</sup> impulsionou o crescimento do setor terciário que passou, na década de 1980, a concentrar mais de 50% da população economicamente ativa do município de Foz do Iguaçu (IPARDES, 1984). Desde então, o setor terciário seguiu crescendo, entre os anos de 2009 e 2019. De acordo com o IparDES (2021), o setor de serviços foi responsável por mais de 70% da oferta de postos de trabalho no município. Segundo Pintor *et al.* (2021), a maior parte deste crescimento se deve ao setor de turismo, uma das maiores fontes de geração de emprego da cidade de Foz do Iguaçu.

Todavia, quando se considera o nível de renda dos trabalhadores deste setor, uma problemática emerge. De acordo com a pesquisa feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 16% da PEA, na década de 1980, recebia até um salário mínimo, 29% recebiam de um a dois salários mínimos e 18,3%, de dois a três salários mínimos. Esses dados informam que 63% da mão de obra empregada em Foz do Iguaçu não recebia mais que três salários mínimos. Essa situação parece não ter mudado no decorrer da década de 1990. No ano de 2003, verificou-se que 59,9% da mão de obra empregada na cidade estava alocada no setor de serviços (WEBBER, 2003, p. 39) e que 55,6% de toda a PEA de Foz do Iguaçu tinha renda familiar de até três salários mínimos (WEBBER, 2003, p. 24). Em estudos mais recentes, publicados pelo IparDES (2021), que circunscreveram as Atividades Características do Turismo em Foz do Iguaçu, entre os anos de 2009 e 2019, constatou-se uma concentração de mais de 50% de trabalhadores recebendo até dois salários mínimos.

Admitindo o potencial do turismo, de impulsionar o crescimento e o progresso econômico de uma cidade por meio da geração de empregos diretos e indiretos, não deixa de incomodar o fato de que parte significativa desses empregos gera uma renda familiar muito baixa para mais de 50% de sua população. De um modo geral, o fato de que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, o turismo assumiu um peso fundamental na história da cidade, não significa reconhecer que as condições de vida dos trabalhadores eram consideradas e percebidas como boas.

---

<sup>6</sup> As chamadas Atividades Características do Turismo – ACTs são um conjunto de atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas. A partir da segunda pesquisa de campo, realizada em 2010, as estimativas elaboradas no âmbito do SIMT consideram oito grupos de ACTs: Alojamento; Agências de Viagem; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Transporte Aquaviário; Aluguel de Transportes; Alimentação e Cultura e Lazer.

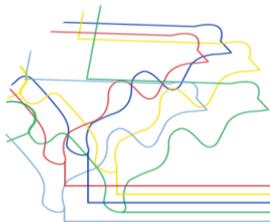


Esta realidade impõe que qualquer estudo sobre o significado econômico da atividade turística na cidade leve em consideração, igualmente, a condição e a experiência dos trabalhadores. Para os trabalhadores entrevistados, quando indagados sobre sua importância, identificaram no turismo um fator determinante do desenvolvimento e do crescimento da cidade. Em grande medida, esta percepção esteve, quase sempre, relacionada à associação feita por eles entre turismo e geração de empregos. Na fala de alguns, esta associação resultava de sua própria experiência de trabalho e a questão se apresentava de maneira pragmática, como mostrou a senhora Eulália: “[...] porque, se não tem turismo, não tem, não tem hotel, daí também não tem emprego. Eu também trabalhei, seis meses, em hotel”. Para outros, como o senhor Eusébio, que não trabalhou diretamente no setor, tratava-se de expor sua observação sobre a capacidade do setor em gerar empregos:

[...] o turismo é importante. O turismo aqui é... a maior parte, aqui, tá sendo o turismo, as catarata, a ponte, os paraguaio, que a ponte é do Paraguai também, que traiz esse pessoal de fora. Esse aqui é a salvação nossa, é essa. Ah! Os hotel, que tem muitos funcionário, tem bastante. Muitas é... pessoa que trabalham em... um.... que trabalham por causa do turismo. Ele emprega muitos funcionário... é... hotel, a catarata... muitos funcionário, funcionam por isso. O Parque das Aves, que é outro, também que influi muito [...].

Entretanto, quando os trabalhadores narravam suas trajetórias de vida e de trabalho, no município, a relação entre eles e a cidade turística ganhava contornos conflituosos. Ajuda a entender esse sentimento o fato de que um dos problemas presentes na definição de “cidades do tempo livre” reside em que, definitivamente, não são “cidades do tempo livre”. Qualquer cidade considerada “turística” ou “balneária” sustenta-se no trabalho de um exército de pessoas que a fazem funcionar como cidade do “lazer”. Assim, o “lazer”, o “ócio”, o “descanso” e o “divertimento” são estruturados como um negócio. Uma cidade “turística” é, nesse sentido, uma cidade para ser desfrutada pelos outros.

Foi assim que o turismo apareceu na fala dos trabalhadores. O turismo, como desfrute, era uma atividade para os outros. Hotéis, restaurantes, rodoviárias, avenidas, praças, táxi, aeroporto, hospitais, meios de comunicação, tudo na cidade está organizado em função de garantir um padrão adequado de atendimento ao turista. A cidade por onde o turista passa deve ser bem sinalizada, pavimentada, limpa, arborizada, acessível.



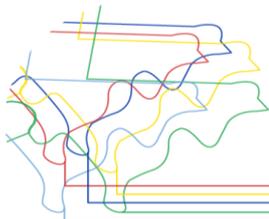
Tal cidade é bastante diferente daquela vivida pelos trabalhadores entrevistados, particularmente, aqueles que moram nos bairros formados a partir do final da década de 1970, nas regiões do Rincão São Francisco, Três Lagoas e Porto Meira. Na lembrança desses trabalhadores, a vida era muito difícil para aqueles que moravam nos bairros. Ao descrever como era a situação do Jardim Bandeirante, bairro localizado na região de Três Lagoas, a senhora Petrolina sintetizou bem a precariedade característica dos bairros populares da cidade:

Não tem coisas boas, banco, caixa, essas coisa, não tinha... O que nós sofria! Não tinha posto de saúde... não tinha. Até que abriu um, ali, que era madeira; agora, já tá bem melhor. Mas naquela época, que nós chegô aqui, não foi nada fácil.

A falta de infraestrutura apareceu como um registro forte da memória destes trabalhadores sobre sua história na cidade. A senhora Maria lembra que, quando chegou no bairro Morumbi, “não tinha luz nem água, [...] nós tivemos que fazer poço”. Moradora antiga do Jardim Bandeirante, a senhora Petrolina destaca que os serviços básicos de fornecimento de água e luz só foram concretizados anos depois da formação do bairro:

A luz não demorô muito; demorô, acho, que uns três, quatro ano, ainda [risos], que a gente tinha lampião, né? A água também. Aí, foi chegando devagarzinho, né? Mais ainda levou... a gente tinha poço. Ah! Levô ainda uns seis ano pra vim água, depois daquele tempo; daí, chegô tudo.

A falta de transporte foi muito salientada pelos trabalhadores. A senhora Mirna, moradora do bairro Jardim Oriente, localizado na região Porto Meira, menciona as dificuldades que tinha de enfrentar, para ir até o centro da cidade, para fazer as compras do mês: “Porque era tudo a pé. Tudo a pé. Tem que carregá nas costa as coisa, antigamente [...] depois que veio esses ônibus”. Para ir trabalhar no Hotel San Martin, ela e suas cunhadas tinham que andar mais de três quilômetros para tomar a condução: “Trabalhei no hotel, junto com as quatro cunhadas minha [...] e minha vizinha. Nós [...] ia a pé, daqui até lá, no Boicy, pegá ônibus que vai pro lado da Catarata [...]”. A senhora Mirna começou a trabalhar no Hotel San Martin por volta de 1974. “Naquele tempo”, o Porto Meira não era servido nem de calçamento nem de transporte público. O senhor João, morador do bairro Jardim das Flores, localizado na



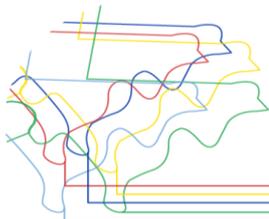
região do Porto Meira, lembra das dificuldades que a população trabalhadora, na década de 1980, ainda enfrentava para ir trabalhar, pois o calçamento e o transporte público chegavam, apenas, nas avenidas principais do bairro.

Era difícil. Quando chovia, era difícil [...] quem morava aqui pra baixo, quando vinha pra ponto de ônibus, arrumava essas sacolinhas do mercado, calçava no tênis, no sapato; quando chegava no ponto de ônibus, tirava aquela sacolinha pra embarcá no ônibus... tirava aquela sacolinha pra embarcá no ônibus. Se viesse daquele jeito lá, pra embarcá dentro do ônibus, o ônibus ficava uma tristeza.

Situação muito parecida era enfrentada, igualmente, pelos trabalhadores que moravam na região de Três Lagoas, que sofriam com a falta de pavimentação e transporte. Para tomar a condução e ir para o trabalho, os moradores tinham que se deslocar até a BR-277. Isso significava percorrer uma distância de um a dois quilômetros, dependendo da localização da residência em relação à rodovia. Dona Petrolina diz que saía de sua casa, no Jardim Bandeirante, e ia “[...] até na BR, de a pé”. Os dias de chuva apareceram em muitos relatos como momentos de grande dificuldade:

[...] E o dia que chove? E o barro? Atolava! Muitas veiz, ponhava uma sacola de plástico nos pé, pra chegá lá [...] O dia que tinha barro era coisa mais triste do mundo... que não é pertinho, né? [...] É muito longe... era longe [...].

Na lembrança do senhor Altair, a falta de calçamento marcou a vida dos trabalhadores que moravam no bairro Morumbi: “[...] a terra era horrível. Depois de 10 anos, depois de 11 anos, que foi chegar o calçamento, numa parte ainda, [...] porque, até há uns 4 ou 5 anos atrás, tinha rua sem calçar, ainda”. O sentimento do senhor Altair, em relação às condições de vida no bairro, era similar àqueles expressos por Mirna. As expressões – “era muito difícil”, “era dificultoso” –, recorrentes nas narrativas, indicam como os trabalhadores recordam de tudo isso como experiências de sofrimento na cidade. Algumas dessas experiências deixaram marcas indeléveis que o tempo não apagou e que são revividas com angústia e medo de que voltem a se repetir. Foi assim que dona Petrolina se lembrou do sufoco que significou ter que enfrentar o ônibus todos os dias para ir trabalhar:



## Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

Aparecida Darc de Souza

Aqueles ônibus, que parece sardinha... aí, eu não guento sardinha! Pura sardinha! E era um em cima do outro, um em cima do outro. [...] Hoje em dia, quando eu sonho que eu pego esses ônibus de novo, eu quase morro do coração! Deus ô livre! Meu Deus do céu, não era fácil, não!

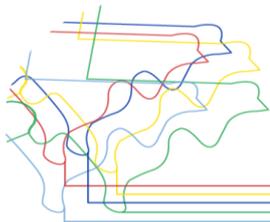
Esses trabalhadores recuperam em suas lembranças uma cidade muito diferente da imagem de cidade turística, veiculada pela memória e pelas propagandas oficiais. Sem serviço de água, luz e esgoto, e sem calçamento, a imagem do lugar onde moravam, que se revela nas suas falas, era suja e precária. Desse ponto de vista, a situação narrada pelo senhor João e por dona Petrolina, na qual os trabalhadores tinham que “calçar” saquinhos plásticos nos pés para evitar o barro e poder entrar no ônibus para ir trabalhar sem que seus calçados estivessem encharcados de lama, é simbólica da segregação espacial vivida em Foz do Iguaçu.

Os trabalhadores não ignoram que a cidade cresceu e se desenvolveu, mas não deixam de observar que esse desenvolvimento não foi orientado pelo interesse de atender as necessidades da população trabalhadora que vive nos bairros de Foz. Valendo-se de sua trajetória local de 30 anos, o senhor Altair questionou esse modelo de desenvolvimento urbano que caracteriza a cidade turística:

São 30 anos. 30 anos são uma vida. Porque é... é... eu acho que falta muito pra ser uma cidade, ainda, bem organizada, pra ser uma cidade turística. Tá crescendo, muito lentamente. Cresceu o número de população, mas, hoje, a cidade, eu acho ela mal estruturada, né? Eles capricham mais no corredor turístico, ou coisa pra turista ver, mas os bairros estão um pouco abandonados. Eu não sei, eu acho que eles acham que a prioridade hoje é o turismo [...].

No seu entendimento, uma cidade turística precisa oferecer uma boa estrutura para todos e não apenas para o turista. Morador do bairro Morumbi, o senhor Altair fala a partir da experiência de quem vive em um bairro que, desde o início de sua formação, não contava com nenhuma infraestrutura. O serviço de água tratada e encanada demorou mais de oito anos para ser oferecido no bairro. O calçamento demorou mais de dez anos para ser realizado.

A cidade se revela, na fala do senhor Altair, como algo mais que uma paisagem. É o lugar em que se vive, se mora, se trabalha e, neste sentido, a cidade vai muito além do corredor turístico. Os bairros onde vivem os trabalhadores, pensa ele, precisam de sinalização, de asfalto e de espaços dedicados ao lazer.



Essas narrativas desenvolvidas pelos trabalhadores permitiram identificar como o desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu concentrou-se nas áreas da cidade funcionais ao turismo, em detrimento dos locais de moradia dos trabalhadores. Contudo, essa segregação geográfico-social não foi a única contradição presente na relação entre estes últimos e o turismo na cidade. Alguns relatos indicaram que o desenvolvimento da atividade turística em Foz do Iguaçu foi e continua sendo vivido pelos trabalhadores como exploração.

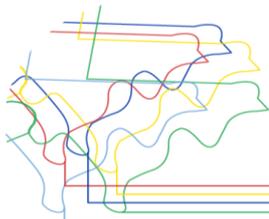
Se, por um lado, a ampliação do turismo como atividade econômica e sua consequente incorporação de mão de obra responderam à expectativa de emprego para muitos trabalhadores, por outro lado, traduziram-se em uma experiência de segregação e de exploração na cidade. Aos 63 anos, na memória de Maria, o turismo é lembrado como uma atividade distante do seu universo social e sobre a qual ela acredita não saber muito: “Olha, não sei, porque toda vida fui pobre; morei pra cá, não sei de nada”. Desde que chegou à Foz do Iguaçu, em 1971, morou fora do corredor turístico da cidade. Em 1979, ela e o marido conseguiram comprar um terreno e construíram uma casa, no bairro Morumbi, voltando para a região do São Francisco.

Com segurança, ela acredita que só pode falar daquilo que viu durante os anos que trabalhou no centro da cidade: “[...] o que eu vejo, o que eu alcanço, que eu trabalhei na cidade, muitos anos – né? –, trabalhei dentro da cidade, ali.” Assim, partindo de sua trajetória de vida e trabalho, dona Maria definiu o turismo como uma forma de exploração da natureza e do trabalho na cidade de Foz do Iguaçu:

[...] criaram um monte de casa, e um monte de casa dentro das catarata, e virou o maior comércio. Até nós, se quiser entrar lá, que mora aqui, tem que pagar. Isso aí não é turismo, é exploração [...] pra falar a verdade, turismo, eu não conheço nada; só vejo a exploração do turismo [...].

Morando na periferia e trabalhando no centro, na década de 1980, dona Maria viveu, sentiu e percebeu o crescimento da cidade e o desenvolvimento do turismo. Desta experiência, ela expôs, principalmente, sua leitura sobre as condições de trabalho que eram enfrentadas por aqueles que trabalhavam na rede hoteleira do município.

[...] eu só vi o quê? Nós, que trabalhava na loja, ganhava mais que quem trabalhava em hotel; nós não trabalhava, no domingo: era fechado. E, nos



## Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

Aparecida Darc de Souza

hotel, trabalhava, no domingo, feriado e tudo. Pra quê? [...] Quem trabalha no hotel, aí, vem embora de ônibus imprestável, que nossos ônibus, aqui, não presta; fala a verdade, toda a lotação nossa, aqui, não vale nada; a lotação nossa, aqui, é assim, um banquinho desse tamaninho de um lado, dois banco aqui e o corredor, em pé, pra andar igual um bando de boi.

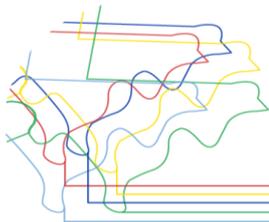
Assim, o que permanece vivo em sua lembrança é a rotina cansativa do trabalho nos hotéis que não se convertia em melhores condições de vida para os trabalhadores do setor. Sem tempo para descansar, aqueles que trabalham para garantir o lazer e o ócio dos outros tinham sua jornada estendida em função das precárias condições de transporte público que não permitia a eles qualquer conforto, durante o percurso de ida e volta do trabalho, tal como observou dona Maria: “Tudo de pé... aí, você vai, chega no hotel cansada, trabalha a vida inteira de pé, correndo pra lá e pra cá. Na hora de ir embora, você tem que vim de ônibus”.

Essa situação era ainda pior para outros trabalhadores. Este era o caso da senhora Mirna. Ela caminhava cerca de três quilômetros até o ponto de ônibus para ir trabalhar no Hotel San Martin como auxiliar de serviços gerais. Ela somava seis quilômetros de caminhada à jornada de oito horas de trabalho. No Hotel, ela tinha uma longa lista de tarefas domésticas:

[...] saía daqui madrugada, pa ir i podê pegá o ônibus, lá no Boicy, como disse pa você, e depoi, só vinha só de noite em casa. Tinha que tirá água do poço, chegá aqui, tirá água do poço, lavá as roupa das criança, deixá pronto, fazê janta; depoi, ia lavá roupa, de noite, depoi, pra mim me deitá.

Na memória da senhora Mirna, foi a lembrança da dura rotina de trabalho e das dificuldades enfrentadas, durante o período em que trabalhou em hotéis, que ganhou destaque em sua narrativa. Ela conta que, depois de trabalhar 12 anos, “sempre na lavanderia, serviço geral”, desenvolveu uma séria alergia. Enquanto ela relatava o drama vivido, mostrava as cicatrizes em seus braços provocadas pela reação aos produtos químicos com os quais lidava em seu trabalho:

Eu vim ficá doente; aqui, apodreceu tudo o braço assim, ó. Assim... é química. Apodreceu tudo a pele, tudo, tudo, assim. Era negócio de produto forte, e tinha proteção pa gente usá, e foi e... Não pa todos que acontece isso na pele, né? Que acontece isso na pele, né? Eu acho que minha pele é muito... é sensíve e foi... apodreceu tudo. Num podia trabalhá mais [...] num podia mais trabalhá,



porque tinha que amarrar, assim, o braço tudo, pa mim podê trabalhá. Aí, eu pedi minha conta.

A perícia médica não considerou o caso da senhora Mirna como uma enfermidade causada pelo trabalho. Sem condições de continuar trabalhando, ela acabou fazendo um acordo com o hotel e saiu do emprego.

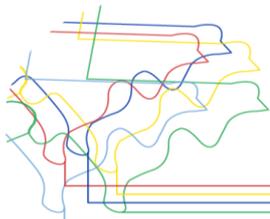
[...] pedi pro gerente, seu Mauro? Eu num aguento mai trabalhá, por causa do mo braço; e outro, meu marido também tá duente, e tenho cinco criança e já tô tirando ela fora da escola, por causa disso. [...] Ih, muita tragédia, menina.

Essa situação vivida pela senhora Mirna parece não ser um caso isolado quando se considera a observação feita por dona Eusébia, 60 anos, guia de turismo em Foz do Iguaçu desde 1976. Em sua avaliação sobre as condições de trabalho no setor, ela reclamou do descompromisso dos donos de hotéis com seus funcionários:

[...] a grande maioria dos hoteleiros, aqui, eles não querem saber se o funcionário está bem, se ele está com algum problema. São poucos os empresários que pensam em fazer um bom seguro coletivo de saúde [...] inclusive, tem muita gente que está trabalhando num hotel, gostaria de fazer uma faculdade de hotelaria e não tem condições, porque o salário é tão parco, e, principalmente, te digo, quem trabalha em reserva de hotel, quem trabalha em recepção de hotel, é terrível [...] A lei não diz que, quando você tem não sei quantos funcionários, você é obrigado a ter um refeitório decente, você é obrigado a ter uma creche. Faz um levantamento nos hotéis, aí. Quantos hotéis têm creche pra que as camareiras, garçonetes, ou seja o que for, possam deixar seus filhos nas creches? Não tem, não é revertido [...].

O funcionamento da rede hoteleira, como descrito por dona Eneida, está fundado em uma tradição de baixos salários, nenhum investimento em formação e qualificação de seu pessoal e pelo desrespeito aos direitos trabalhistas. Sob esta perspectiva, a história do desenvolvimento do turismo em Foz do Iguaçu adquiriu outros contornos. A capacidade empreendedora dos empresários locais é traduzida em vocação para exploração da força de trabalho local.

A chamada indústria do turismo depende de um grande contingente da força de trabalho para garantir ao turista a sensação definitiva de que está em férias. Para garantir que ele – o turista – não tenha qualquer trabalho, um exército de trabalhadores é colocado à sua disposição: camareiras, cozinheiros, lavadeiras,



passadeiras, garçons, porteiros, motoristas, recepcionistas, faxineiros, jardineiros, telefonistas, guias, instrutores. As condições de trabalho destas pessoas não aparecem nas fotos de divulgação do turismo nem nas propagandas oficiais que o apontam como estratégia econômica local de geração de empregos – diretos e indiretos.

Para dona Eneida, o turismo, enquanto atividade econômica, é um importante gerador de empregos para a cidade. No entanto, ela pondera, criticamente, que o desenvolvimento do turismo não foi revertido em boas condições de vida para os trabalhadores do setor. Os lucros por este alcançados aparecem, em sua avaliação, como resultado da capacidade de superexploração do trabalho:

[...] em geral, restaurantes, hotéis, tudo que tem relação com o turismo ainda estão com a mentalidade de negreiros: exploram. Eles querem ganhar, mas não querem pagar.

Esta conclusão não expressa apenas um sentimento individual, mas uma dimensão da realidade dos trabalhadores do setor de Atividades Características do Turismo, sobretudo daqueles que estão envolvidos nas atividades de trabalho mais precárias e desprotegidas.

## Considerações finais

Este sintético percurso realizado em torno da trajetória de desenvolvimento econômico da cidade de Foz do Iguaçu buscou destacar como este processo estava dimensionado na vida das pessoas comuns e dos trabalhadores da cidade. De modo geral, quando se coloca no horizonte a discussão sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico, a questão sublinhada refere-se ao potencial de geração de empregos. Ocorre, porém, que é preciso ir um pouco mais longe e considerar qual é a qualidade do emprego gerado, qual impacto ele produz na vida social e coletiva, em particular das populações economicamente mais desfavorecidas, no curto e no longo prazo.

Se retomamos a máxima que procura orientar ações e projetos de desenvolvimento sustentável, é preciso localizar qual é o lugar dos trabalhadores e das classes economicamente desfavorecidas neste processo. Ao longo deste capítulo, buscamos explorar no processo histórico de desenvolvimento de Foz do Iguaçu o quanto os projetos de desenvolvimento elaborados e promovidos pelos grupos, política e economicamente dominantes, foram marcados pela ignorância em relação à

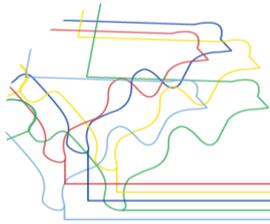


condição de viver, morar e trabalhar das classes populares. Prevaleceu, ao longo da história de Foz do Iguaçu, um modelo de desenvolvimento caracterizado pela forte concentração de renda e pela intensa exploração do trabalho. O resultado deste processo impôs custos sociais muito altos, principalmente para as populações mais pobres que, ao longo da história da cidade, enfrentaram toda a sorte de dificuldades para superar a carestia e a criminalização de suas estratégias de sobrevivência, para encontrar moradia digna e salário digno.

Ciente deste passado, cabe pensar e definir, no tempo presente, outros caminhos que permitam promover o desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu dentro de uma nova perspectiva que subverta a lógica até então existente.

## Referências

- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1990. 202p.
- ALMEIDA, T. J. C. de. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório I do ano de 1902**. Apresentado ao presidente da República do Brasil pelo ministro Francisco de Paula Argolo em maio de 1903. p. 31.
- BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório I do ano de 1898**. Apresentado ao presidente da República do Brasil pelo ministro J. N de Medeiros Mallet, em maio de 1899. p. 49.
- BRITO, J. M. de. Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. XXXII, 1977.
- DIAS, E. F. **Política brasileira**. Embate de projetos econômicos. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006. 240p.
- IBGE. Cidades @. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.ph>.
- IPARDES. **Balanco do Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu**. Relatório II. Curitiba: IPARDES, 1984.
- IPARDES. **Balanco da Situação Social de Foz do Iguaçu**. Relatório I. Curitiba: IPARDES, 1984a.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; FIGUEIREDO, J. P. A. B. de. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 43-62.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1996. 476 p.



## Desenvolvimento econômico e relações de trabalho: breve histórico da cidade de Foz do Iguaçu

Aparecida Darc de Souza

---

PINTOR, G. M. Z. *et al.* Indicadores do município de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: UNILA/OSB-FI, 2021.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre Ética na História Oral.

**Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-50, out. 1995.

PORTELLI, A. Sonhos urcrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

ROLNIK, R. Cidade dos Saberes, *In*: II Seminário Cidade e História. **Anais da 3ª Semana de Urbanismo da UFBA**, Salvador, CAPES/CNPq, 1990. p. 228.

THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. p. 239-293.